

POVOS INDIGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 122

DATA : 18 12 90

PG. : 15

JB

terça-feira, 18/12/90 □ 1º caderno □ 15

Conflito armado já é iminente no Pará

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, recebeu ontem um detalhado relatório do secretário da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, alertando para iminente conflito armado entre fazendeiros do Sul do Pará e índios da nação Caiapó, que habitam reserva de 3,2 milhões de hectares no município de São Félix do Xingu. Diligência feita por agentes da Polícia Federal na área constatou que os proprietários das fazendas Iucatã, Serra Pelada e Fortaleza estão contratando agentes de segurança e comprando armas para enfrentar um possível ataque dos Caiapós. Os índios acusam os fazendeiros de estarem retirando madeira da reserva indígena ilegalmente e terem alongado os limites de suas propriedades para dentro da reserva.

Os caiapós, uma das nações indígenas mais ricas do Brasil, são acusados no relatório da Polícia Federal de estarem faturando Cr\$ 2 milhões mensalmente com a exploração de garimpo e outros Cr\$ 20 milhões pela venda de madeira nobre, graças a contrato feito entre a madeireira Maginco, uma das maiores da Amazônia, com os caciques da aldeia Caiapó Kokraimoro encabeçados pelo chefe Francisco Xavier Caiapó.

Há oito anos, os índios Caiapó da aldeia Gorotire invadiram uma fazenda instalada ilegalmente em área reivindicada pelos índios e massacraram todos os seus ocupantes, inclusive mulheres e crianças. Ricos, graças à venda de madeira e à exploração do garimpo Maria Bonita — onde recebem 12% de royalties dos garimpeiros por toda a produção de ouro —, os 2.400 índios caiapós que vivem no Sul do Pará possuem aviões e armas de grosso calibre, o que aumenta ainda mais o risco de conflito na região.

A Polícia Federal, em seu relatório encaminhado ontem a Jarbas Passarinho, revela ainda a presença de cidadãos estrangeiros no Sul do Pará e denuncia a ganância de madeireiras da região, que invadem áreas indígenas para a retirada de mogno, madeira de grande valor comercial no mercado internacional, já em fase de extinção na maioria dos municípios da região. "Recomendamos uma operação de desarmamento", diz o relatório da Polícia Federal.

O documento também ressalta que há carência de pessoal da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da própria Polícia Federal e até mesmo da Polícia Militar do Pará. "Há risco iminente de conflito armado e as providências legais têm que ser tomadas a curto prazo", alerta o relatório da Polícia Federal entregue ontem ao ministro Jarbas Passarinho, da Justiça.